

Cortes na produção

Nevasca nos EUA afeta o preço alto do petróleo

O petróleo fechou em alta ontem impulsionado pelo impacto da nevasca no Texas na produção da commodity nos Estados Unidos. Os preços, contudo, oscilaram durante o pregão, com sinalizações de que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) pode elevar a oferta. O ambiente de preços mais fortes coloca mais atenção na Opep+ e no que o grupo pode fazer em sua próxima reunião, em 4 de março. Há sugestões de que o cartel poderia diminuir um pouco os cortes na produção. **PÁGINA 6**

3,75%

Mercado aumenta a projeção para a Selic

A expectativa do mercado financeiro é que a taxa básica de juros, a Selic, suba em 2021 e encerre o ano em 3,75%. Na semana passada, essa estimativa era de 3,50%, de acordo com o boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos. Para o fim de 2022, a estimativa é que a taxa básica fique em 5%. E para o fim de 2023 e 2024, a previsão é 6% ao ano. A Selic, estabelecida atualmente em 2% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom), é o principal instrumento utilizado pelo BC para alcançar a meta de inflação. **PÁGINA 6**

Aumento de casos

Suécia pode decretar bloqueio com 3ª onda

A Suécia afirmou que pode decretar bloqueio à medida que cresce o número de infecções em Estocolmo, aumentando as preocupações de uma possível terceira onda de covid-19. Ontem, o governo sueco apresentou uma proposta que permitiria o fechamento de shoppings, academias e restaurantes e implementaria multa àqueles que não obedecerem às regras de bloqueio. A proposta sobre possíveis bloqueios está em discussão até 26 de fevereiro. Hallengren disse entender que há um desejo de voltar ao normal, mas acrescentou que o recente aumento de casos é "preocupante". Ela continuou: "No momento, não tomamos a decisão de fechar, mas está claro que não pretendemos esperar até que seja tarde demais". **PÁGINA 8**

Fux afirma que ofender autoridades exige uma pronta atuação da Corte

Plenário do STF mantém a prisão de Daniel Silveira

Ministros referendaram o mandado expedido por Alexandre de Moraes. No entanto, a palavra final sobre a manutenção da prisão será da Câmara dos Deputados

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter a decisão do ministro Alexandre de Moraes que determinou a prisão do deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ). No entanto, a palavra final sobre a manutenção da prisão será do plenário da Câmara dos Deputados, que precisará votar se mantém ou não a decisão. O plenário referendou o mandado de prisão expedido na terça-feira (16) por Moraes. A prisão foi determinada no inquérito aberto em 2019 para apurar ameaças contra os integrantes do STF. O motivo da prisão foi um vídeo publicado na internet. Segundo Moraes, o deputado teria feito ameaças e de-

fendido a destituição dos ministros. "Compete ao Supremo Tribunal Federal zelar pela higidez do funcionamento das instituições brasileiras, promovendo a estabilidade democrática, estimulando a construção de uma visão republicana de país e buscando incansavelmente a harmonia entre os Poderes", discursou o presidente do STF, Luiz Fux, na abertura da sessão. "Por esses motivos, esta Corte mantém-se vigilante contra qualquer forma de hostilidade à instituição. Ofender autoridades, além dos limites permitidos pela liberdade de expressão que nós tanto consagramos no STF, exige necessariamente uma pronta atuação da Corte", completou Fux. **PÁGINA 3**



Fabio Rodrigues Pozzebom - Agência Brasil

Fim do auxílio emergencial

Economistas apontam para o risco de recessão no segundo trimestre

Em meio ao recrudescimento da pandemia, a economia brasileira entrou em 2021 dando sinais de perda de fôlego. Sem o auxílio emergencial para trabalhadores informais, extinto a partir de janeiro, uma retração do Produto Interno Bruto (PIB) neste primei-

ro trimestre já estava no radar. Agora, vem crescendo o número de analistas que esperam queda também no segundo trimestre, configurando o que o mercado chama de "recessão técnica", quando a economia se contrai por dois trimestres seguidos. **PÁGINA 6**

Mutações contagiosas

UE negocia com as farmacêuticas cláusulas por vacinas contra variantes

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou ontem que não há evidências de que as mutações mais contagiosas do coronavírus sejam resistentes às vacinas, mas revelou que o bloco negocia cláusulas aos contratos com farmacêuticas que

garantam o desenvolvimento de imunizantes eficazes contra as variantes. Em entrevista coletiva no período da manhã, Von der Leyen reiterou a necessidade de acelerar a produção das vacinas, em meio a críticas pelo ritmo lento de imunização. **PÁGINA 8**

Parlamentar postou vídeos com ataques aos ministros do Supremo

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), expediu mandado de prisão em flagrante por crime inafiançável contra o deputado bolsonarista Daniel Silveira (PSL-RJ). A ordem foi proferida na noite desta terça-feira, 16, após o parlamentar divulgar um vídeo com dis-

curso de ódio contra os integrantes da Corte, e executada pela Polícia Federal pouco depois. A prisão do deputado foi determinada por Moraes no âmbito do inquérito sigiloso que apura ameaças, ofensas e fake news disparadas contra ministros do STF e seus familiares. **PÁGINA 3**

Doses adicionais

"É inaceitável que tenhamos capitais, cidades, que não têm mais vacina e alguns estados que estão na fase final de disponibilidade de vacinas"



Governo do Estado de São Paulo

Butantan vai antecipar entrega de 54 milhões de vacinas a ministério

O governador de São Paulo, João Dória (PSDB), afirmou ontem que o Instituto Butantan antecipará a entrega das 54 milhões de doses adicionais da vacina contra a covid-19 contratadas pelo Ministério da Saúde: de setembro para até o fim de agosto. As doses complementam con-

trato inicial de 46 milhões de doses, somando 100 milhões de doses. Sob críticas de que faltam vacinas nos municípios e Estados brasileiros, o Ministério da Saúde deve receber na próxima terça-feira, 23, novo lote com 3,4 milhões de doses da Coronavac, anunciou o governador. **PÁGINA 5**

Serrana dá início à vacinação de adultos contra a covid-19

PÁGINA 5

IBOVESPA: 120.355,79 ↑ 0,78%

Maiores Altas			
	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
EMBRAER ON NM	11.50	+14.09%	+1.42
PETROBRAS ON NM	87.11	+9.45%	+7.52
USIMINAS PNA N1	15.01	+5.78%	+0.82
MINERVA ON NM	10.07	+5.11%	+0.49
MARFRIG ON NM	15.22	+4.18%	+0.61

Maiores Baixas			
	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
ENEVA ON NM	69.86	-3.31%	-2.39
RAIADROGASILON NM	25.04	-3.25%	-0.84
WEG ON NM	83.95	-3.14%	-2.72
ENGIE BRASILON NM	44.58	-2.88%	-1.32
EQUATORIAL ON NM	22.95	-2.59%	-0.61

Mais Negociadas			
	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON NM	96.35	+2.62%	+2.46
PETROBRAS PN N2	29.59	+4.04%	+1.15
B3 ON NM	59.01	-1.42%	-0.85
PETROBRAS ON NM	87.11	+9.45%	+7.52
ITAUUNIBANCO PN N1	28.11	+1.26%	+0.35

BOLSAS NO MUNDO		
	FECHAMENTO	%
DOW JONES	31.613,02	+0,29%
S&P 500	3.931,33	-0,03%
NASDAQ	13.965,50	-0,58%
DAX 30	13.909,27	-1,10%
FTSE 100	6.710,90	-0,56%
IBEX 35	8.122,70	-0,38%

DÓLAR COMERCIAL		
COMPRA	VENDA	%
5,4142	5,4152	↑ 0,76%

DÓLAR PTAX		
COMPRA	VENDA	%
5,4132	5,4138	↑ 0,60%

EURO		
COMPRA	VENDA	%
6,5159	6,5182	↓ 0,08%

LIBRA		
COMPRA	VENDA	%
7,5000	7,5014	↑ 0,65%

OURO		
BM&FBovespa/grama	Comex NY/onça	
R\$ 308,76	US\$ 1.775,70	

RITO SIMPLIFICADO

Seduh acelera aprovações e emite mais de 200 alvarás de construção em janeiro

Houve um aumento de 13% em comparação com o mesmo período do ano passado, que já foi recorde

Depois de fechar 2020 com a marca histórica de 2.220 alvarás de construção emitidos, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) começa o ano de 2021 a todo o vapor. Somente em janeiro a Central de Aprovação de Projetos (CAP) já expediu 207 alvarás, um aumento de 13% em comparação com o mesmo período do ano passado, quando foram emitidos 183 documentos desse tipo.

Essas emissões correspondem a quase 328 mil metros quadrados de obras licenciadas no Distrito Federal. Foram aproximadamente seis licenciamentos expedidos por dia ao longo do último mês. Desse mais de 200 documentos, 88% deles (179) foram emitidos em sete dias para a construção de casas, enquanto o

restante foi para demais obras, como prédios.

Vale lembrar que o rito foi simplificado para emissão de alvarás de construção para casas, que entrou em vigor em dezembro de 2019. A redução do tempo de análise tem sido uma medida adotada pela Seduh, com o objetivo de facilitar o acesso da população aos serviços públicos e garantir a segurança das edificações. Com isso, tem sido possível ainda desburocratizar o licenciamento de obras.

Na avaliação do subsecretário da Central de Aprovação de Projetos, Ricardo Noronha, essa simplificação do processo refletiu na melhor percepção da população sobre a eficiência do serviço e, consequentemente, no aumento da demanda por parte da CAP.

“Percebemos que agora a

população confia no processo. Ao entrar com o pedido de aprovação, o alvará não sai mais só quando a obra está concluída. Sai em alguns dias. Agora é muito mais fácil trazer a habitação unifamiliar para a regularidade do que era antes, o que reflete na busca do cidadão pelo nosso serviço. Eles sabem que estamos prontos para atender, com qualidade e rapidez”, afirmou Ricardo Noronha.

Ao mesmo tempo, a gestão eficaz dos procedimentos proporcionou a segurança para que tanto pequenos como grandes empreendimentos fossem aprovados em todo o DF. “Adequamos nosso fluxo com a profissionalização dos técnicos, dando mais vazão aos procedimentos. A equipe vem se desdobrando no que diz respeito à simplificação de formulários,

para o interessado saber com mais clareza o que está sendo pedido dele”, destacou o subsecretário.

O secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Mateus Oliveira, avaliou de forma positiva o início de ano, que reflete a continuidade dos trabalhos. “É um reflexo de um grande trabalho desenvolvido nos dois primeiros anos de gestão, tanto no treinamento interno quanto na adequação dos fluxos por meio de inovações no Código de Obras”, declarou.

A presidente da União dos Condomínios Horizontais e Associações de Moradores do Distrito Federal (Unica-DF), Júnia Bittencourt, aproveitou a oportunidade para elogiar o trabalho da CAP na entrega mais célere de alvarás, feita desde o ano passado.

“Para todos que têm a expectativa de construir na legalidade, isso é importantíssimo. O DF vive um grande momento agora, pois as questões legais passaram a ser respeitadas, já que o governo deu mais fluidez a esses processos, com prazos mais curtos e regras mais claras, o que estimula as pessoas a construírem dentro da legalidade”, ponderou.

O presidente da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (Ademi-DF), Eduardo Aroeira Almeida, também elogiou a atuação da CAP durante 2020 e no início deste ano, pois o trabalho da equipe contribuiu para reforçar a economia do DF.

“Mesmo com a pandemia, nosso setor bateu recordes de lançamentos e vendas. Esse aumento de eficiência da CAP auxiliou bastante. É fundamen-

tal que continue com essas melhorias, para gerar mais empregos e renda à população”, comentou o presidente da Ademi-DF.

Na mesma linha de raciocínio, o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (Sinduscon-DF), Dionyzio Klavdianos, avaliou que a emissão rápida de alvarás é determinante para aquecer a economia.

“Liberar o alvará significa liberar a construção, permitir que a construtora empregue pessoas em um primeiro momento e que se comercialize o imóvel, fazendo a economia girar. Quanto mais desburocratizado for o processo, respeitando os limites legais, melhor será para a economia da cidade”, destacou Dionyzio Klavdianos.

SERVIÇOS

Agências do trabalhador oferecem 252 vagas

Quarenta e sete profissões estão com 252 oportunidades de emprego abertas nas agências do trabalhador do Distrito Federal para hoje. As remunerações podem ser pagas mensalmente ou por dia trabalhado, a depender da atividade, variando entre R\$ 21,15 a diária e R\$ 2.474,80, mais benefícios.

As ocupações com maiores números de vagas abertas são de vendedor praticista (54), atendente de lojas (39) e instalador-reparador de redes telefônicas de comunicação de dados (20). Os salários são de R\$ 1,1 mil e R\$ 2 mil, mais benefícios.

No setor de beleza, 14 vagas estão abertas para

cabeleireiros, manicures e maquiadores. Qualquer interessado poderá concorrer, já que nenhum dos contratantes exige que o candidato tenha experiência e escolaridade.

Para quem quer trabalhar na cozinha, são duas vagas para cozinheiros, uma para churrasqueiro, duas para masseiro de pães e biscoitos e

cinco para pizzaiolo. Os salários variam entre R\$ 1,1 mil e R\$ 1,7 mil, mais benefícios.

Na construção civil, ajudantes de estruturas metálicas, armador de ferros, auxiliar de marceneiro, mestre carpinteiro, soldador e montador de estruturas metálicas somam 18 vagas. Para concorrer, basta ter nível funda-

mental de escolaridade. Os salários oferecidos são de R\$ 1.185, R\$ 1.738, R\$ 1.398, R\$ 1.100 e R\$ 1,8 mil, mais benefícios.

Para se candidatar a qualquer uma das vagas, basta ir a uma das 16 agências do trabalhador, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Empreendedores que dese-

jam buscar profissionais também podem utilizar os serviços das agências do trabalhador. Além do cadastro de vagas, é possível usar os espaços físicos para seleção dos candidatos encaminhados. Para isso, basta acessar o site da Secretaria do Trabalho e preencher o formulário na aba empregador.

O maior vazamento de dados pessoais do Brasil. Será mesmo?



Em janeiro desse ano, mais precisamente no dia 11, não havia quem não ficasse surpreso com a notícia de que os dados de mais de 223 milhões de brasileiros estavam sendo comercializados livremente na deep web e que a possível origem dessa base seria de uma das maiores empresas de birô de crédito no País. Mas há uma série de questões que foram alardeadas e que trago para discussão nesse artigo. A pri-

meira delas é: a base de dados não estava sendo vendida no submundo da rede, mas sim em fóruns na internet.

Ao entrar em contato com o cibercriminoso, ele afirma que a base que vem sendo comercializada contém dados compilados até agosto de 2019, tem mais de 2 terabytes de informações e demorou cerca de um ano e meio para ser consolidada.

Após diversas análises realizadas nos arquivos de amostra que nos foi fornecida, bem como no programa que o atacante disponibiliza para acesso aos dados, chegamos a algumas considerações a respeito:

Primeiramente o fato de que os dados não estavam sendo comercializados na deep web e sim em um fórum que é facilmente acessado por qualquer pessoa e se encontra, inclusive, indexado no Google. Além disso, vale destacar que esse fórum existe desde março de 2015, o que, convenhamos, não é nenhuma novidade para

a maior parte das empresas de inteligência cibernética.

O ator em questão está cadastrado no site desde o dia 14 de julho do ano passado e suas postagens são, até o momento, relacionadas a comercialização de dados.

Quando questionado sobre valores a resposta foi idêntica em diversas mensagens trocadas com o autor e os nossos perfis, demonstrando claramente uma padronização e uma espécie de template para as respectivas mensagens, com lotes variando entre USD 100 e USD 2.000.

Para selecionar quais dados devem constar no lote adquirido, conforme antecipei, é necessário a execução de um programa fornecido pelo cibercriminoso. Ele permite a escolha do perfil de dados, classe econômica, ou apenas dos demais campos de interesse. Importante ressaltar que o ator limita a quantidade máxima de 10 escolhas de um total de 37 disponíveis para con-

sultas de CPF, além de outros 17 específicos para CNPJ.

Aqui entra um outro ponto controverso: o programa disponibilizado foi analisado por diversos pesquisadores renomados na indústria de segurança da informação e em nenhuma análise foi identificada nenhuma atividade maliciosa no artefato, ao contrário do que alguns jornalistas apontaram em diversas reportagens que acompanhei sobre o tema.

O fato é que os dados sim estão disponíveis, porém há muito tempo consegue-se adquirir a mesma quantidade de informação por um valor até mais barato do que esse cibercriminoso fornece. Por incrível que possa parecer, essas informações podem ser adquiridas de forma lícita por meio de diversos birôs de serviço disponíveis no mercado. Ou, se formos pensar no “mercado ilícito”, faz muito tempo que ouvimos falar do famoso CD-ROM da Receita Federal sendo comer-

cializado nas ruas do centro de São Paulo ou até mesmo os painéis de consulta vendidos por diversos fraudadores por preços que circulam na casa dos R\$ 120 por mês, independentemente do número de consultas.

Se fizermos uma conta simples neste último exemplo, onde conseguimos automatizar a consulta de um CPF por segundo (algo que, para os padrões atuais, é extremamente lento para fins de automatização), teríamos a seguinte equação:

60 seg x 60 min x 24 horas x 30 dias = 2.592.000 de CPFs por R\$ 120 um valor bem mais em conta para um criminoso que pretende utilizar-se desses dados para a prática de atos ilícitos. Para conseguirmos o total dos 223 milhões, gastaríamos algo em torno de 86 meses e um total de R\$ 10.320.

Obviamente, podemos reduzir o tempo com mais equipamentos em paralelo e com a automatização - aqui foi apenas um exercício para demons-

trar que um atacante consegue chegar no mesmo volume de dados por um valor bem abaixo do que o que estava sendo ofertado. E com um detalhe importante: base com dados atualizados e com um conjunto maior do que o limite de 10 campos.

Outro ponto bastante controverso é sobre a origem dos dados, pois o atacante diz que são de um dos maiores birôs nacionais. Porém é importante ressaltar que existem campos no conjunto de informações que não existem na estrutura de dados deste birô, o que reforça a teoria de que a base é um aglomerado de vários conjuntos de informação que possivelmente pertencem a mais de uma empresa. Portanto, afirmar que o conteúdo disponibilizado nas amostras é fruto de apenas uma empresa em específico beira o amadorismo, pois os documentos que foram divulgados em sua maioria eram peças de marketing sobre o funcionamento de produtos e serviços.

Thiago Bordini - diretor de inteligência cibernética do grupo New Space

Diário Comercial

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Henrique Ozelin • henrique.ozelin@diariocomercial.com.br
DIAGRAMAÇÃO: Flávio Passos • flavio@diariocomercial.com.br - Raquel Passos • raquel@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.



ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

BRÁSILIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845

BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

POR UNANIMIDADE

Plenário do STF mantém a prisão do deputado federal Daniel Silveira

Motivo da prisão foi um vídeo publicado pelo deputado ameaçando e pedindo a destituição dos ministros

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter a decisão do ministro Alexandre de Moraes que determinou a prisão do deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ). No entanto, a palavra final sobre a manutenção da prisão será do plenário da Câmara dos Deputados, que precisará votar se mantém ou não a decisão.

O plenário referendou o mandato de prisão expedido na terça-feira (16) por Moraes. A prisão foi determinada no inquérito aberto em 2019 para apurar ameaças contra os integrantes do STF.

O motivo da prisão foi um vídeo publicado na internet. Segundo Moraes, o deputado teria feito ameaças e defendido a destituição dos ministros.

“Compete ao Supremo Tribunal Federal zelar pela higidez do funcionamento das institui-

ções brasileiras, promovendo a estabilidade democrática, estimulando a construção de uma visão republicana de país e buscando incansavelmente a harmonia entre os Poderes”, discursou o presidente do STF, Luiz Fux, na abertura da sessão.

“Por esses motivos, esta Corte mantém-se vigilante contra qualquer forma de hostilidade à instituição. Ofender autoridades, além dos limites permitidos pela liberdade de expressão que nós tanto consagramos no STF, exige necessariamente uma pronta atuação da Corte”, completou Fux.

O placar unânime a favor da prisão mostra que, apesar de suas divisões internas e do desgaste interno de Fux, o STF deixa as diferenças de lado e se une quando se trata de defender o tribunal e repudiar ataques antidemocráticos. Ainda que a decisão de terça-feira

tenha sido individual, Moraes conversou com os colegas ao longo da terça-feira para definir a reação da Corte aos ataques do parlamentar.

Na avaliação de Moraes, a adoção da medida contra o parlamentar foi necessária para impedir novos ataques à democracia.

“Atentar contra as instituições, contra o Supremo Tribunal Federal, atentar contra a democracia, contra o Estado de Direito, não configura exercício de função parlamentar para invocar a imunidade. A Constituição Federal não permite a propagação de ideias contrárias à ordem constitucional e o Estado Democrático”, acrescentou Moraes.

Moraes também destacou que a derrocada de um poder no Estado Democrático de Direito leva à supressão dos outros e ao “nefasto manto do arbítrio e da

ditadura”, como ocorreu com a promulgação do AI-5. “Defendido de forma ardilosa e vergonhosa por Daniel Silveira”, frisou o ministro.

O AI-5 foi o ato mais duro instituído pela repressão militar nos anos de chumbo, em 13 de dezembro de 1968, ao revogar direitos fundamentais e delegar ao presidente da República o direito de cassar mandatos de parlamentares, intervir nos municípios e Estados. Também suspendeu quaisquer garantias constitucionais, como o direito a habeas corpus, e instalou a censura nos meios de comunicação. A partir da medida, a repressão do regime militar recrudesciu.

“Aqui parece importante ressaltar: muito mais que os crimes contra a honra dos ministros - o que é gravíssimo - muito mais que ameaça à integridade física dos ministros e muito mais do que ofensas pesa-

das, as manifestações tinham o mesmo intuito que tiveram as outras manifestações, que tiveram a participação em outros eventos, de corroer o sistema democrático brasileiro. De corroer as constituições, de abalar o regime jurídico do Estado Democrático de Direito”, afirmou Moraes.

Ao longo da sessão, Fux e os ministros Kassio Nunes Marques, Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Rosa Weber, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia deram votos curtos em que acompanharam o entendimento do relator.

“Referendo (a liminar), apenas registrando que considero que a flagrância se caracteriza pelo fato de a prisão ter sido decretada no mesmo dia, pouco depois do cometimento do crime, crime que foi reiterado ao longo do dia, inclusive

no momento da prisão”, disse Barroso.

O ministro Marco Aurélio, que se aposenta em julho, concordou com os colegas. “Estou com 74 anos de idade, 42 em colegiados judicantes, e jamais imaginei presenciar ou vivenciar o que vivenciei, jamais imaginei que uma fala pudesse ser tão ácida, tão agressiva, tão chula, no tocante às instituições”, comentou Marco Aurélio.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, convocou hoje uma reunião da Mesa Diretora e de líderes para discutir a prisão.

Pelo Twitter, a assessoria jurídica confirmou que o deputado está na carceragem da Polícia Federal, no Rio de Janeiro, e disse que a prisão é ilegal. Para a defesa, a prisão representa “violento ataque à liberdade de expressão e inviolabilidade da atividade parlamentar”.

DISCURSO DE ÓDIO

Moraes destaca que a conduta do parlamentar atenta contra o Estado democrático de direito

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), expediu mandato de prisão em flagrante por crime inafiançável contra o deputado bolsorista Daniel Silveira (PSL-RJ). A ordem foi proferida na noite desta terça-feira, 16, após o parlamentar divulgar um vídeo com discurso de ódio contra os integrantes da Corte, e executada pela Polícia Federal pouco depois.

A prisão do deputado foi determinada por Moraes no âmbito do inquérito sigiloso que apura ameaças, ofensas e fake news disparadas contra ministros do STF e seus familiares. Moraes entrou em contato com o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), por telefone, logo depois de assinar a decisão.

A prisão de Silveira marca o primeiro desgaste entre STF e Câmara desde que Lira assumiu o comando da Casa, há duas semanas. Aliados de Lira temem que a decisão leve a uma nova crise entre o Judiciário e o Legislativo.

Nas redes sociais, Silveira afirmou que a Polícia Federal esteve em sua residência na noite desta terça para cumprir o mandato. “Polícia Federal na minha casa neste exato momento com ordem de prisão expedida pelo ministro Alexandre de Moraes”, escreveu o parlamentar. Silveira foi conduzido para a Superintendência da Polícia Federal no Rio.

Silveira é investigado no inquérito que mira o financiamento e organização de atos democráticos em Brasília. Em junho, ele foi alvo de buscas e apreensões pela Polícia Federal e teve o sigilo fiscal quebrado por decisão do ministro Alexandre de Moraes. Em depoimento, o parlamentar negou produzir ou repassar mensagens que incitavam animosidade das Forças Armadas contra o Supremo ou seus ministros.

Silveira está em seu primeiro mandato na Câmara. Ele ficou conhecido por destruir, durante a campanha de 2018, uma placa de rua que homenageava a vereadora

dora Marielle Franco, assassinada a tiros em março daquele ano.

“A Constituição Federal não permite a propagação de ideias contrárias a ordem constitucional e ao Estado Democrático (CF, artigos 5º, XLIV; 34, III e IV), nem tampouco a realização de manifestações nas redes sociais visando o rompimento do Estado de Direito, com a extinção das cláusulas pétreas constitucionais - Separação de Poderes (CF, artigo 60, §4º), com a consequente, instalação do arbítrio”, escreveu Moraes no pedido de prisão do deputado.

“Imprescindível, portanto, medidas energéticas para impedir a perpetuação da atuação criminosa de parlamentar visando lesar ou expor a perigo de lesão a independência dos Poderes instituídos e ao Estado Democrático de Direito”, observou o ministro.

Em uma decisão de oito páginas, Moraes destacou que a conduta do parlamentar revelasse “gravíssima”, pois atenta contra

o Estado democrático de direito e suas instituições republicanas.

“Relembre-se que, considerando-se em flagrante delito aquele que está cometendo a ação penal, ou ainda acabou de cometê-la. Na presente hipótese, verifica-se que o parlamentar Daniel Silveira, ao postar e permitir a divulgação do referido vídeo, que repiso, permanece disponível nas redes sociais, encontra-se em infração permanente e consequentemente em flagrante delito, o que permite a consumação de sua prisão em flagrante”.

Mais cedo, Silveira publicou um vídeo nas redes atacando os ministros do Supremo. A gravação foi divulgada após o ministro Edson Fachin classificar como “intolerável e inaceitável” qualquer forma de pressão sobre o Poder Judiciário.

A manifestação do ministro foi dada após a revelação que um tuíte do general Eduardo Villas Bôas, feito em 2018 e interpretado como pressão para que o

Supremo não favorecesse o ex-presidente Lula, teria sido planejado com o Alto Comando das Forças Armadas.

No vídeo, Silveira afirma que os onze ministros do Supremo “não servem pra porra nenhuma pra esse país”, “não têm caráter, nem escrúpulo nem moral” e deveriam ser destituídos para a nomeação de “onze novos ministros”. A única exceção que é elogiada é o ministro Luiz Fux, a quem o deputado diz respeitar o conhecimento jurídico, mas mesmo o presidente da Corte é incluído nas críticas generalizadas aos integrantes do Tribunal, chamados de “ignóbeis”.

“Fachin, um conselho pra você. Vai lá e prende o Villas Bôas, rapidão, só pra gente ver um negocinho, se tu não tem coragem. Porque tu não tem culhão pra isso, principalmente o Barroso, que não tem mesmo. Na verdade ele gosta do culhão roxo”, continuou o deputado. “Gilmar Mendes... Barroso, o

que é que ele gosta. Culhão roxo. Mas não tem culhão roxo. Fachin, covarde. Gilmar Mendes... (o deputado faz gesto simulando dinheiro) é isso que tu gosta né, Gilmarzão? A gente sabe.”

Silveira também afirma na gravação que já imaginou o ministro Fachin “levando uma surra”, assim como “todos os integrantes dessa Corte af”.

“O que você vai falar? Que eu tô fomentando a violência? Não, só imaginei. Ainda que eu premeditasse, ainda assim não seria crime, você sabe que não seria crime. Qualquer cidadão que conjecturar uma surra bem dada nessa sua cara com um gato morto até ele miar, de preferência após a refeição, não é crime”, afirmou. “Na minha opinião, vocês já deveriam ter sido destituídos do posto de vocês e uma nova nomeação convocada e feita de onze novos ministros. Vocês nunca mereceram estar aí. E vários que já passaram também não mereceram. Vocês são intragáveis.”

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$)		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO FÍNDO EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$)		DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$)		
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativo						
Circulante	11.834.032,87	9.081.821,60				
Disponibilidades	8.776.088,27	6.724.107,96				
Clientes	2.902.380,99	2.216.742,60				
Adiantamento a fornecedores	108.726,46	-				
Créditos de funcionários	-	84.327,74				
Despesas antecipadas	46.837,15	56.643,30				
Não Circulante	6.413.254,32	6.200.849,81				
Depósitos judiciais	712.115,51	720.115,51				
Imobilizado	10.066.992,57	9.464.125,19				
Depreciação acumulada corrigida	(4.365.853,76)	(3.983.390,89)				
Total Ativo	18.247.287,19	15.282.671,41				
Passivo						
Circulante	2.296.031,90	2.230.973,65				
Salários e encargos sociais a pagar	876.074,01	810.924,32				
Impostos, taxas e contribuições a recolher	486.506,53	411.920,65				
Fornecedores	12.786,27	44.004,56				
Provisão de férias e 13º salário	920.469,03	816.182,05				
Outros débitos	196,06	147.942,07				
Não Circulante	1.198,46	1.198,46				
Outros débitos	1.198,46	1.198,46				
Patrimônio Líquido	15.950.056,83	13.050.499,30				
Capital social	4.883.772,24	4.883.772,24				
Reservas de capital	1.873.830,40	1.873.830,40				
Reserva de lucros	992.226,70	992.226,70				
Lucros ou Prejuízos Acumulados	8.200.227,49	5.300.669,96				
Total Passivo	18.247.287,19	15.282.671,41				
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em R\$)						
Descrição	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2018	4.883.772,24	1.599.895,80	992.226,70	(3.581.652,00)	9.630.515,43	13.524.758,17
Lucros distribuídos no Exercício 2019	-	-	-	-	(5.796.667,48)	(5.796.667,48)
Reserva Legal	-	-	273.934,60	-	-	273.934,60
Ações em tesouraria	-	-	-	3.581.652,00	-	3.581.652,00
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	(8.000.000,00)	(8.000.000,00)
Lucro líquido no exercício 2019	-	-	-	-	9.466.822,01	9.466.822,01
Saldos em 31/12/2019	4.883.772,24	1.873.830,40	992.226,70	-	5.300.669,96	13.050.499,30
Lucros distribuídos no Exercício 2020	-	-	-	-	(7.926.798,83)	(7.926.798,83)
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	55.191,40	55.191,40
Lucro líquido no exercício 2020	-	-	-	-	10.771.164,96	10.771.164,96
Saldos em 31/12/2020	4.883.772,24	1.873.830,40	992.226,70	-	8.200.227,49	15.950.056,83
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO FÍNDO EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$)						
			2020	2019		
Receita Bruta de Serviço			39.356.517,04	34.902.811,76		
Deduções de Serviço						
Serviços cancelados			(1.108.815,06)	(117.519,45)		
Impostos sobre serviços			(515.883,74)	(675.882,53)		
Tributos proporcionais ao serviço			(1.396.041,11)	(1.269.663,19)		
Custos de serviços prestados			-	-		
(=) Lucro Bruto			36.335.777,13	32.839.746,59		
Receitas (Despesas) Operacionais						
Despesas com pessoal			(14.848.119,05)	(13.204.125,43)		
Impostos, taxas e contribuições			(484.491,29)	(236.079,84)		
Serviços públicos			(930.621,22)	(887.735,62)		
Despesas com depreciação e amortização			(382.462,87)	(365.584,59)		
Variáveis monetárias passivas			-	-		
Material de consumo próprio			(5.155.816,37)	(4.659.100,95)		
Variáveis monetárias ativas			580,50	0,76		
Serviços de terceiros			(2.204.648,89)	(2.281.598,02)		
Outras despesas administrativas			(503.635,92)	(833.394,12)		
(=) Resultado Antes das Rece Despesas Financeiras			11.826.562,02	10.372.128,78		
Receitas financeiras			436.990,75	256.342,93		
Despesas financeiras			(189.590,05)	(27.546,58)		
(=) Resultado Financeiro Líquido			247.400,70	228.796,35		
Resultado Operacional			12.073.962,72	10.600.925,13		
Receita não operacional			-	679,00		
Resultado Não Operacional			-	679,00		
Resultado antes do IRPJ e da CSLL			12.073.962,72	10.601.604,13		
(-) Provisão para contribuição social			(452.455,08)	(398.815,79)		
(-) Provisão para imposto de renda			(850.342,68)	(735.966,33)		
(=) Lucro Líquido do Exercício			10.771.164,96	9.466.822,01		
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$)						
			2020	2019		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais						
Resultado do Período			10.771.164,96	9.466.822,01		
Depreciação e Amortização			382.462,87	365.584,59		
Ajustes para Conciliar o Resultado às Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais (Aumento) ou Redução das Contas do Ativo			55.191,40	(8.000.000,00)		
Clientes			(685.638,39)	(810.469,38)		
Outros Créditos			(24.398,72)	34.692,15		
Despesas Antecipadas			9.806,15	1.648,92		
Outros Ativos Não Circulantes			8.000,00	17.068,71		
Aumento ou (Redução) das Contas do Passivo						
Fornecedores			(31.218,29)	38.849,74		
Tributos			87.588,11	118.662,54		
Salários/Outras Contas a Pagar			52.147,46	23.620,00		
Adiantamento de Clientes			(147.746,01)	(1.083.447,46)		
Provisões Diversas			104.286,98	(178.397,19)		
Caixa Líquido das Atividades Operacionais			10.581.646,52	(5.365,37)		
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos						
Aquisição de Imobilizado			(602.867,38)	(365.077,52)		
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos			(602.867,38)	(365.077,52)		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos						
Aquisição de Ações em Tesouraria			-	3.581.652,00		
Pagamentos de Lucros e Dividendos			(7.926.798,83)	(5.796.667,48)		
Reservas de Lucros			-	273.934,60		
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos			(7.926.798,83)	(1.941.080,88)		
Aumento ou (Redução) do Caixa Líquido			2.051.980,31	(2.311.523,77)		
Disponibilidade no Início do Período			6.724.107,96	9.035.631,73		
Disponibilidade no Fim do Período			8.776.088,27	6.724.107,96		
Aumento ou (Redução) de Caixa Líquido			2.051.980,31	(2.311.523,77)		
Fabrcio Venâncio Matoso						
Diretor Presidente						
Candido e Mello Contadores						
CRC-RJ 007303/O						
Jader Candido de Melo						
Contador						
CRC-RJ 022192/O-6						

PRÉ-ESCOLA

Escolas municipais do Rio podem retomar aulas presenciais

Unidades atendem aos critérios de infraestrutura e sanitários necessários

A Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro divulgou ontem a lista das 38 escolas que retornarão às aulas presenciais na próxima quarta-feira (24). Essas escolas, de acordo com a pasta, atenderam aos critérios de infraestrutura e sanitários necessários para que possam novamente receber os alunos em salas de aula.

Os critérios para a volta às aulas presenciais foram divulgados na semana passada. Entre as condições necessárias para o retorno estão o distanciamento de 1,5 metro entre as carteiras; janelas ou portas que possam ser mantidas abertas; bebedouros adaptados com torneira para enchimento de copos e garrafas; disponibilização de álcool em gel e de máscaras para eventual reposição.

O cronograma de retorno, conforme calendário anunciado pela prefeitura do Rio, começa com a pré-escola, 1º e 2º anos do ensino fundamental, a partir do dia 24 de fevereiro. No dia 17 de março, será a vez das turmas do 3º ao 5º anos do ensino fundamental, além do 6º ano Carioca, 9º ano, e Carioca II. Na última fase, a partir de 31 de março, retomam as atividades de forma presencial creches, as turmas do 6º ao 8º ano, Educação de Jovens e Adultos e Classe Especial. O ensino remoto começou no último dia 8, por meio da TV

Escola. “Não iremos pular etapas, as escolas precisam estar aptas para isso, no que diz respeito ao protocolo sanitário, ao reestabelecimento de serviços, às condições adequadas. A cada semana teremos o anúncio de escolas [que poderão reabrir], mas a ideia é abrir todas as escolas o quanto antes dentro das condições que a escola tem. Temos a urgência com isso, mas a urgência não se reflete de forma alguma em irresponsabilidade, muito pelo contrário, é questão de responsabilidade que possamos fazer o retorno presencial seguro”, diz o secretário municipal de Educação, Renan Ferreirinha, em coletiva de imprensa nesta manhã.

Segundo Ferreirinha, a rede municipal conta com 1.543 unidades escolares, entre escolas, creches e espaços de Desenvolvimento Infantil (EDIs). “Não tem escola que a gente chegou e estava em perfeitas condições”, diz. A secretaria mapeou um total de 48 unidades em situação considerada crítica e outras 432 em situação intermediária. A lista com essas unidades será divulgada até o final da semana.

“Herdamos uma rede que tem muitos pontos positivos especialmente no que diz respeito ao pessoal. Temos profissionais incríveis que fazem inovação, que tiram coisas da cartola para conseguir fazer com que a aprendizagem possa ser mantida e fazer com

que o vínculo seja cada vez mais fortalecido com os alunos. Mas, no que diz respeito à infraestrutura, existem vários desafios. A rede está muito fragilizada nesse sentido”, acrescenta.

O retorno às aulas presenciais não é obrigatório. A secretaria entrará em contato com os responsáveis pelos estudantes matriculados nas escolas que forem retomando as aulas. De acordo com Ferreirinha, dos 7.730 que poderão voltar às aulas presenciais na semana que vem, 4.401 já se manifestaram e, deles, 82% desejam retornar presencialmente.

As aulas remotas serão mantidas e, segundo o secretário, aperfeiçoadas. Até mesmo aqueles que optarem por ir à escola terão parte das aulas de forma remota, uma vez que a jornada escolar será reduzida no modo presencial. O ensino será ofertado online, por aplicativo, pela televisão e também por meio de materiais impressos. “Nenhum estudante ficará desamparado nesse momento tão crítico. A melhoria da qualidade do [ensino] remoto também é obsessão da nossa parte, para que a gente possa ter um remoto que funcione de fato. Não um remoto que seja pro forma, não um remoto que você ligue a TV e não tenha intencionalidade, que receba material e não saiba o que fazer e que esteja formando

uma geração de analfabetos funcionais”, diz o secretário.

O secretário esclarece também que, caso haja o agravamento da pandemia, as escolas poderão ser novamente fechadas. Ele defende, no entanto, que a educação seja priorizada. “O que a gente vem colocando é que as escolas devem ser as últimas a serem fechadas e as primeiras a abrir”.

No último dia 30, em assembleia e votação online convocadas pelo Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe), profissionais de educação da rede municipal decidiram deflagrar a Greve Pela Vida contra o retorno das atividades presenciais nas escolas, mas com a manutenção do trabalho remoto. A categoria decidiu que o profissional que for convocado para o trabalho presencial não deve comparecer à escola.

“Professores e funcionários estão apreensivos por conta da variante do vírus e reafirmamos que não é hora de voltar”, diz um dos coordenadores do Sepe, Alex Trentino. “[A categoria] está em greve contra o trabalho presencial, a gente continua defendendo a continuidade do trabalho remoto pela preocupação que temos com nossos alunos, para não perder o vínculo, mas somos contra a volta do trabalho presencial”, acrescenta.

SEM AUTORIZAÇÃO

Polícia Civil prende o cantor Belo por show com aglomeração

O cantor Belo foi preso ontem durante a operação “É o que eu mereço”, da Secretaria de Estado de Polícia Civil (Sepol), por meio da Delegacia de Combate às Drogas (DCOD). O artista realizou um show não autorizado no último dia 12 em uma escola pública do Complexo da Maré, na zona norte da cidade, provocando aglomeração em plena pandemia, o que está proibido.

A ação teve quatro mandados de prisão preventiva e cinco mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça, incluindo os responsáveis por promover a invasão e realização do evento musical no Ciep 326 (Professor César Pernetta).

Segundo os agentes, uma produtora de eventos, por meio de seus sócios e administradores, realizou e promoveu um show musical, que durou até a manhã do sábado, 13, sem autorização da Secretaria de Estado de Educação (Seeduc). “Houve grande aglomeração de pessoas e risco de propagação e contaminação da covid-19. O evento aconteceu na comunidade onde uma das maiores organizações criminosas do Rio de Janeiro atua”, afirmou a Polícia Civil em nota.

O titular da DCOD, delegado Gustavo de Mello de Castro, ressaltou na nota que

foi verificado junto à Seeduc que o evento ocorreu sem qualquer autorização, “configurando verdadeiro esbulho/invasão de um prédio público para a realização de um evento privado, contrário ao interesse público e que serviu para propagar ainda mais a doença viral”, afirmou.

Segundo a DCOD, a invasão de um estabelecimento de ensino, localizado na comunidade Parque União, uma das áreas mais conflagradas do estado, onde a maior organização criminosa do Rio de Janeiro atua, somente poderia ocorrer com a autorização do chefe criminoso da localidade, que controla a localidade há anos e figura como indiciado em diversos procedimentos policiais, sendo, inclusive, um dos bandidos mais procurados do Estado.

“Verifica-se que o cenário desenhado é um dos mais absurdos possíveis, na medida em que o “evento contagioso” não foi autorizado pelo Estado, mas pelo chefe criminoso local, que também teve a sua prisão preventiva decretada e declarou o delegado.

Além das prisões, a Justiça também decretou a suspensão das atividades da sociedade empresária e bloqueio das contas bancárias dos investigados, até que se apure os prejuízos causados pela conduta criminosa.

Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.

CNPJ/MF nº 14.393.776/0001-23 - NIRE 33.300.322.914

Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 11 de fevereiro de 2021

1. Data, Hora e Local: No dia 11/02/2021, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Worldwide Offices, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, às 14:40 horas. **2. Convocação e Presença:** Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro nas edições de 29/01/2021, 01/02/2021 e 02/02/2021; e no jornal Diário Comercial nas edições das mesmas datas mencionadas. **3. Publicação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2019 foram publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, edição de 22/02/2019, páginas 05 a 07, e no Diário Comercial, edição de 22/02/2019, páginas 07 a 09. Dispensada a publicação do aviso de disponibilidade das Demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2018. **4. Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli - Presidente e Srta. Isis Paula Cerinotti Malhaes - Secretária. **5. Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31/12/2018; **(ii)** deliberar sobre a Proposta da Administração para Destinação do Resultado do Exercício Social findo em 31/12/2018 (Anexo I); **(iii)** reeleger os diretores da Sociedade; e **(iv)** aprovar a remuneração global anual dos administradores da Sociedade. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** deliberar sobre a proposta de redução do capital social da Companhia; e **(ii)** outros assuntos de interesse social. **6. Deliberações tomadas por unanimidade: Em Assembleia Geral Ordinária: 6.1.** Aprovar, em sua íntegra, sem ressalvas ou restrições, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras da Sociedade, acompanhadas do Relatório de Auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019, conforme publicada. **6.2.** Aprovar a Proposta da Administração para Destinação do Resultado do Exercício Social encerrado em 31/12/2019 (Anexo I), cujo valor total é de **R\$ 34.609.472,33**, destinando: **(i) R\$ 1.730.473,62**, à constituição da **Reserva Legal**, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 25, § 1º do Estatuto Social da Companhia; **(ii) R\$ 1.659.249,04**, correspondente a parte do saldo remanescente do lucro líquido do exercício social findo em 31.12.2019, ao **pagamento de dividendos complementares 6.2.1.** Os dividendos, ora declarados no item 6.2., serão pagos aos acionistas, conforme a disponibilidade de caixa da Companhia, dentro do exercício social em curso, nos termos do § 3º do art. 205 da Lei de Sociedades Anônimas, e na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

Acionistas	Quantidade de Ações Ordinárias	%	Dividendos (em R\$)
São João Energética S.A.	181.714.131	99,9880299	1.659.050,43
Amadeu Zamboni Neto	89	0,0000490	0,81
Cesar Hiroshi Myasawa	73	0,0000402	0,67
Deborah Brandão Guatimosim			
Carneiro	1.981	0,0010900	18,09
Francisco Henrique de Beauclair Guimaraes	3.252	0,0017894	29,69
Leonir Marcio Bartnik	1	0,0000006	0,01
Luiz Carlos Bernardini Godoy	84	0,0000462	0,77
Marcos Antonio Campos	598	0,0003290	5,46
Maria Luiza Afonso de Souza			
Correia	505	0,0002779	4,61
Osni Rocha	12.663	0,0069678	115,61
Roberto Eugenio Neves	211	0,0001161	1,93
Roberto Lopes Machado	496	0,0002729	4,53
Robson Pereira da Silva	14	0,0000077	0,13
Sandrine Sarti de Souza	36	0,0000198	0,33
Arthur Claudio da Silva Bezerra	1.705	0,0009382	15,57
Valdir Ribeiro de Alencar	46	0,0000253	0,42
Total	181.735.885	100	1.659.249,04

6.2.1.1. Consignar que, em conformidade com o artigo 287, II, alínea “a” da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, os dividendos, ora declarados, estarão à disposição dos acionistas na sede da companhia localizada na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 4º andar, Jacarepaguá. **6.2.2.** Registrar que não há dividendo mínimo obrigatório a pagar, uma vez que a Diretoria, em reuniões ocorridas em 14/02/2020, 22/04/2020 e 28/12/2020,

aprovou o pagamento do montante de R\$ 23.993.928,09 aos acionistas, sendo que: (i) R\$ 993.928,09 eram referentes aos dividendos mínimos obrigatórios; e (ii) R\$ 23.000.000,00 eram referentes a parte dos dividendos complementares.

6.3. Tomar conhecimento da renúncia ao cargo de membro da Diretoria da Companhia apresentada, em 17/06/2019, pelo Sr. **Carlos Randolpho Gros**, eleito em Assembleia Geral Ordinária realizada em 08/05/2019 e registrada na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob o nº 00003594352 em 29/04/2019, registrando votos de louvor e agradecimento por toda a sua dedicação e pelos relevantes serviços prestados à Companhia. **6.4.** Para compor a Diretoria da Sociedade, **eleger o Sr. (i) Fernando Mano da Silva**, portador da cédula de identidade nº 50759188, SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 690.436.121-20, para o cargo de **Diretor Presidente**, e **reeleger os Srs: (ii) Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira**, portador da carteira de identidade nº 10.341.661-6, SSP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob nº 071.000.747-70, para o cargo de **Diretor sem designação específica; (iii) Gustavo Fischer Sbrissia**, portador da carteira de identidade nº 55823081, GESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 023.635.769-77, para o cargo de **Diretor sem designação específica; e (iv) Carlos Gustavo Nogari Andrioli**, portador da cédula de identidade nº 4738468-0, SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob nº 861.403.379-68, para o cargo de **Diretor sem designação específica; todos com prazo de gestão de até 01 ano a contar da assinatura desta Assembleia, e em conformidade com o artigo 12 do Estatuto Social. 6.4.1.** Os Acionistas declaram que os Diretores, ora eleitos, não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. A formalização da referida eleição se dará mediante assinatura do termo de posse lavrado no livro de atas da administração. **6.5.** Fixar em até R\$ 12.000,00 o montante global da remuneração anual dos administradores. **Em Assembleia Geral Extraordinária: 6.6.** Com fundamento no artigo 173 da Lei de Sociedades Anônimas, reduzir em **R\$ 22.000.000,00** o capital social da Companhia, por julgá-lo excessivo em relação às necessidades operacionais e de investimento da Companhia, passando o capital social, portanto, de R\$ 183.321.029,14 para R\$ 161.321.029,14. **6.6.1.** Considerando que as ações em que se divide o capital social não têm valor nominal, aprovar que a redução de capital será efetivada sem o respectivo cancelamento de ações, passando o artigo 5º do estatuto social a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 5º. O capital social é de R\$ 161.321.029,14, dividido em 181.735.885 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.**” **6.6.2.** Registrar que o valor da redução de capital acima aprovada será pago aos acionistas da Companhia, na proporção de sua participação no capital social, nos seguintes valores:

Acionistas	Quantidade de Ações Ordinárias	%	Valor reduzido (em R\$)
São João Energética S.A.	181.714.131	99,9880299	22.197.342,64
Amadeu Zamboni Neto	89	0,0000490	10,88
Cesar Hiroshi Myasawa	73	0,0000402	8,92
Deborah Brandão Guatimosim			
Carneiro	1.981	0,0010900	241,98
Francisco Henrique de Beauclair Guimaraes	3.252	0,0017894	397,25
Leonir Marcio Bartnik	1	0,0000006	0,13
Luiz Carlos Bernardini Godoy	84	0,0000462	10,26
Marcos Antonio Campos	598	0,0003290	73,04
Maria Luiza Afonso de Souza			
Correia	505	0,0002779	61,69
Osni Rocha	12.663	0,0069678	1.546,85
Roberto Eugenio Neves	211	0,0001161	25,77
Roberto Lopes Machado	496	0,0002729	60,58
Robson Pereira da Silva	14	0,0000077	1,71
Sandrine Sarti de Souza	36	0,0000198	4,40
Arthur Claudio da Silva			
Bezerra	1.705	0,0009382	208,28
Valdir Ribeiro de Alencar	46	0,0000253	5,62
Total	181.735.885	100	22.000.000,00

6.7. Lavrar a presente ata em forma de sumário, nos termos do § 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi devidamente assinada pelos presentes. **8. Assinaturas: Mesa:** Carlos Gustavo Nogari Andrioli - Presidente e Isis Paula Cerinotti Malhaes - Secretária. **Acionistas:** São João Energética S.A. Rio de Janeiro, RJ, 11/02/2021. **Isis Paula Cerinotti Malhaes - Secretária.**



PODER JUDICIÁRIO

EDITAL DE CITAÇÃO

Com o prazo de 30 (TRINTA) dias

O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Vitor Porto dos Santos - Juiz em Exercício do Cartório da 2ª Vara Cível da Comarca de Maricá, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Jovino Duarte de Oliveira, s/n CEP: 24900-000 - Araçatuba - Maricá - RJ Tel.: 2637-5030 R.221 e-mail: mar02vara@tjrr.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Desapropriação - Serviço, de nº 0016193-02.2017.8.19.0031, movida por PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS em face de AURELIANO ALVARES FACHECO; ALMERINDA PACHECO SILVA; THEODORO PEREIRA ANTUNES, objetivando CITAÇÃO. Assim, pelo presente, edital CITA os réus AURELIANO ALVARES PACHECO; ALMERINDA PACHECO SILVA; THEODORO PEREIRA ANTUNES, que se encontram em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de 15 (QUINZE) dias oferecerem contestação ao pedido inicial, querendo, ficando cientes de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados (Art. 344, CPC), caso não ofereçam contestação, e de que, permanecendo revêis, ser-lhes-á nomeado curador especial (Art. 257, IV, CPC). Dado e passado nesta cidade de Maricá, 24/12/2020. Eu, _____ Joao Alves Bastos - Analista Judiciário - Matr. 01/20950, digitei. E eu, _____ Ana Paula Gonçalves Bonitz - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/28357, o subscrevo.

MAGUARI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ/ME nº 14.997912/0001-94 NIRE nº 33.2.0918164-5

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS-QUOTISTAS (resumo) Redução de Capital. Aos 11/02/2021, às 8:30h, reuniram-se os sócios quotistas representando a totalidade do capital social da MAGUARI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. que deliberaram e aprovaram por unanimidade, dentre outros assuntos, a redução do capital social, tendo em vista seu excessivo valor em relação ao objeto social conforme artigo 1.082, inciso II da Lei 10.406 de 10.01.2002, passando de R\$ 6.524.977,00 para R\$ 6.313.337,00, mediante a devolução de valores contabilizados como AFACs até 31/12/2020. RJ, 11/02/2021. BR STORES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. p.p. FERNANDO GOMES LABANCA e CRISTIANO CAMPOS RODRIGUES; BR STORES PARTICIPAÇÕES LTDA. p.p. FERNANDO GOMES LABANCA e CRISTIANO CAMPOS RODRIGUES; POMBA AZUL PARTICIPAÇÕES LTDA. p.p. FERNANDO GOMES LABANCA e MILENA ROALE BRAGA. CRISTIANO CAMPOS RODRIGUES - Presidente da Assembleia; JÉSSICA BORGES TIAGO, Secretária da Assembleia.

GARÇA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ/ME nº 12.979.855/0001-95 NIRE nº 33.2.0884093-9

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS-QUOTISTAS (resumo) Redução de Capital. Aos 11/02/2021, às 8h, reuniram-se os sócios quotistas representando a totalidade do capital social da GARÇA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. que deliberaram e aprovaram por unanimidade, dentre outros assuntos, a redução do capital social, tendo em vista seu excessivo valor em relação ao objeto social conforme artigo 1.082, inciso II da Lei 10.406 de 10.01.2002, passando de R\$ 11.833.123,00 para R\$ 11.689.723,00 mediante a devolução de valores contabilizados como AFACs até 31/12/2020. RJ, 11/02/2021. MDL REALTY INCORPORADORA S.A. p.p. MILENA ROALE BRAGA e LUIZ EDUARDO MICHAELI DE ABREU DA COSTA; POMBA AZUL PARTICIPAÇÕES LTDA. p.p. MILENA ROALE BRAGA e LUIZ EDUARDO MICHAELI DE ABREU DA COSTA. MILENA ROALE BRAGA - Presidente da Assembleia; JÉSSICA BORGES TIAGO, Secretária da Assembleia.

MANDARIM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ/ME nº 14.117514/0001-36 NIRE nº 33.2.0904483-4

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS-QUOTISTAS (resumo) Redução de Capital. Aos 11/02/2021, às 9h, reuniram-se os sócios quotistas representando a totalidade do capital social da MANDARIM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. que deliberaram e aprovaram por unanimidade, dentre outros assuntos, a redução do capital social, tendo em vista seu excessivo valor em relação ao objeto social conforme artigo 1.082, inciso II da Lei 10.406 de 10.01.2002, passando de R\$ 9.334.357,00, para R\$ 9.324.357,00, mediante a devolução de valores contabilizados como AFACs até 31/12/2020. RJ, 11/02/2021. MDL REALTY INCORPORADORA S.A. p.p. MILENA ROALE BRAGA e LUIZ EDUARDO MICHAELI DE ABREU DA COSTA; POMBA AZUL PARTICIPAÇÕES LTDA. p.p. MILENA ROALE BRAGA e LUIZ EDUARDO MICHAELI DE ABREU DA COSTA. MILENA ROALE BRAGA - Presidente da Assembleia; JÉSSICA BORGES TIAGO, Secretária da Assembleia.

CLÍNICA DA GÁVEA S.A.

CNPJ nº 33.501.214/0001-09

Convocação. Convidamos os acionistas para a AGO, dia 09/03/2021, na Estrada da Gávea, 151/RJ, às 12h, a fim de deliberarem sobre: 1) Apreciação e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 2020; 2) Destinação do resultado do exercício findo em 2020; 3) Eleição do Conselho de Administração e 4) Assuntos Gerais. RJ, 18/02/2021. Paulo Valença, Presidente do Conselho de Administração.

Diário Comercial

PARA A PUBLICAÇÃO DE ATAS, BALANÇOS, EDITAIS, FATOS RELEVANTES E UNDERWRITING NO DIÁRIO COMERCIAL, FALE COM SUA AGENCIA DE PUBLICIDADE OU NOS CONSULTE:

Rio de Janeiro - Tel: (21) 2262-2906 | São Paulo - Tel: (11) 3283-3000

PERDA DE FÔLEGO

Economistas apontam risco de recessão para o segundo trimestre

Fim do auxílio emergencial para os informais afetará a retomada da economia

Em meio ao recrudescimento da pandemia, a economia brasileira entrou em 2021 dando sinais de perda de fôlego. Sem o auxílio emergencial para trabalhadores informais, extinto a partir de janeiro, uma retração do Produto Interno Bruto (PIB) neste primeiro trimestre já estava no radar. Agora, vem crescendo o número de analistas que esperam queda também no segundo trimestre, configurando o que o mercado chama de “recessão técnica”, quando a economia se contrai por dois trimestres seguidos.

Com um Natal fraco para o comércio e com o setor de serviços terminando o ano ainda longe do normal, o sinal de dezembro foi de arrefecimento na retomada da economia. Para piorar, os primeiros dados de janeiro, como os índices de confiança do consumidor e dos empresários, o fluxo nas estradas e a venda de veículos, não foram bons.

Um movimento de revisão para baixo nas projeções de crescimento para o primeiro trimestre e para 2021 como um todo já estava em curso desde o ano passado. Agora, os dois trimestres seguidos de retração já estão no cenário das equipes de análise do

banco BNP Paribas, da consultoria MB Associados e do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

A MB Associados passou a projetar duas retrações seguidas no PIB, tanto no primeiro (-0,8%) quanto no segundo (-0,3%) trimestres. Para o economista-chefe da consultoria, Sérgio Vale, um dos problemas é que a vacinação contra a covid-19 vai demorar a deslanchar.

“Estou otimista com as vacinas, e vejo chance de o programa de imunização acelerar ao longo do caminho, podendo ter impacto potencialmente explosivo lá na frente, já que mais vacinas estão surgindo. No começo, no entanto, a produção, aquisição de insumo, negociação política, é tudo mais lento e podemos entrar numa recessão leve”, diz Vale.

Outras equipes - como as dos bancos Citi, Goldman Sachs, Fibra e Santander e a da consultoria Tendências - veem a economia estagnada no primeiro semestre, combinando queda no PIB do primeiro trimestre com baixo crescimento no segundo.

Dados econômicos da última semana corroboraram o cenário mais pessimista. Na quarta-feira, o IBGE informou que as vendas do varejo caíram 6,1%

em dezembro ante novembro, bem abaixo das mais pessimistas projeções. Na quinta-feira, o desempenho negativo do setor de serviços - queda de 0,2% ante novembro, que não surpreendeu - confirmou o clima de desaceleração. Na sexta-feira, o IBC-Br, indicador de atividade do Banco Central (BC), veio com alta de 0,64% em dezembro, mas não foi suficiente para mudar o humor.

Segundo Bráulio Borges, economista sênior da LCA Consultores, se mantido o ritmo de crescimento de 3,14% do IBC-Br no quarto trimestre de 2020 sobre o terceiro, seria o suficiente para o PIB como um todo crescer 3,5% em 2021. Ou seja, se o crescimento for zero ao longo do ano, sempre na comparação de um trimestre com o imediatamente anterior, a economia já fecharia com ganho. É o que economistas chamam de “carregamento estatístico”.

“Qualquer crescimento na faixa de 3,0% ou 3,5% (em 2021 como um todo) significará que a economia estará andando de lado. Seria o crescimento mais elevado desde 2013, mas seria ilusório”, afirma Borges.

A LCA Consultores ainda não projeta dois trimestres seguidos de queda, mas, segundo Bor-

ges, pode haver retração no primeiro trimestre. Para o economista, mais preocupantes do que os dados do fim de 2020 que mostraram arrefecimento são os indicadores que já saíram sobre janeiro.

Evidências não faltam para demonstrar a falta de vitalidade da economia neste início de ano. O Índice ABCR de Atividade, calculado pela consultoria Tendências com dados da associação das concessionárias de rodovias, mostrou queda de 2,5% no fluxo de veículos nas estradas em janeiro, na comparação com dezembro de 2020. Na comparação com janeiro de 2020, houve um tobo de 8,8%. Já as vendas de veículos novos caíram 11,5% ante janeiro de 2020, conforme a Fenabrave, a associação das concessionárias de automóveis.

Uma visão preliminar do ICVA, indicador de vendas do varejo criado pela empresa de meios de pagamento Cielo, mostra que janeiro “virá no mesmo patamar de dezembro, o que não é bom”, diz o superintendente executivo de Inteligência da companhia, Gabriel Mariotto. Os dados completos serão divulgados na semana que vem, mas o executivo adianta que os piores resultados virão de bares e res-

taurantes e das livrarias e papelerias. Além disso, a região Norte “despencou” no ICVA de janeiro.

Para Mariotto, tanto a ótica setorial quanto a ótica regional sugerem os efeitos do recrudescimento da pandemia. Com o avanço da covid-19, em várias cidades do País, bares e restaurantes sofreram restrições no funcionamento no fim do ano. Já o desempenho da região Norte foi marcado pela crise sanitária e o caos causado pela falta de oxigênio em Manaus, capital do Amazonas.

A combinação da pandemia com a retirada do apoio do governo via auxílio emergencial pode levar a economia a se retrair, mas Bráulio Borges, economista sênior da LCA Consultores diz que há incertezas sobre o segundo trimestre. Para o economista, a reedição do auxílio, em debate entre o governo e o Congresso Nacional, dará o tom - ao lado da repetição de medidas como antecipações do 13º de aposentadorias ou liberações de saques do FGTS.

“No curto prazo, essas multas são importantes. Agora, lá na frente, sem elas, a economia vai depender do mercado de trabalho”, afirma Borges, lembrando que o desemprego segue elevado.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

Falta de gás adia entrada em operação da CTU no Rio Grande do Sul

A falta de combustível (gás natural) adiou a entrada em operação da Central Térmica Uruguiana (CTU), no Rio Grande do Sul, prevista para iniciar a geração de energia elétrica no último sábado, 13, informou o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Carlos Cioocchi

A usina chegou a sincronizar uma unidade geradora, mas novos testes terão que ser realizados após terem sido constatados problemas técnicos.

O gás natural que abastecerá a térmica virá da Argentina, que há seis anos não exporta o insumo para o Brasil. O governo do país vizinho chegou a comemorar a volta da operação da unidade na última segunda-feira, que vai significar mais divisas de exportação.

“O lançamento da CTU é um passo em frente, fundamentalmente porque permite gerar divisas para a Argentina, mas também abre uma oportunidade para fortalecer o comércio internacional, os laços de integração energética e melhorar a balança comercial”, disse em nota o secretário de Energia argentino, Darío Martine.

Cada dia de funcionamento da CTU implica em ingresso de divisas de até US\$ 500 mil, com potencial de US\$ 100 milhões por ano, se for exportada apenas fora do inverno, período em que o gás é necessário para atender a demanda local, ressaltou o governo argentino na nota oficial. A mesma nota informou que a exportação dos excedentes de gás para o Brasil “é provisória” e a estimativa é de que o processo apenas se consolide nos próximos meses, “uma vez que tenha passado o inverno e o Plano de Gás comece a dar os resultados esperados, o que permitirá ao nosso país iniciar o caminho rumo à autossuficiência, com possibilidade de fazer exportações firmes tanto para o Chile como para o Uruguai e o Brasil”, avaliou o governo em nota.

Procurada, a Saesa não havia retornado até a publicação dessa matéria para informar o novo

prazo de entrada da unidade e o motivo da falta de combustível para a operação.

Ao todo serão exportados 2,4 milhões de metros cúbicos diários de gás natural para atender a geração da CTU quando a unidade estiver em sua operação máxima.

Segundo o ONS, a geração inicial da térmica seria de 220 megawatts (MW), o que vai ajudar a reforçar o Sistema Interligado Nacional (SIN), que enfrenta uma das piores secas nos últimos anos, principalmente na região Sudeste. Mesmo em pleno período de chuvas, os reservatórios do subsistema Sudeste/Centro-Oeste estão operando com um quarto da sua totalidade (24,9%).

A CTU foi vendida pela AES para o grupo argentino Saesa Solución Energética em setembro do ano passado. A previsão é de que inicialmente gere 250 MW, de uma potência total instalada de 640 MW.

Construída na década de 1990 e inaugurada em 2000, a usina de Uruguiana foi a primeira termelétrica a operar no Rio Grande do Sul, em plena crise de abastecimento de energia que culminou no racionamento entre 2001 e 2002 no Brasil. A operação foi interrompida em 2009, por conta da quebra de contrato dos fornecedores de gás natural, e reabriu em caráter emergencial em 2013, 2014 e 2015, por períodos temporários.

Os novos donos também são produtores de gás, segundo a Prefeitura de Uruguiana (RS), o que deve fazer a unidade entrar em um “novo processo, mais promissor, por conta da companhia não depender de fornecedores externos”, explicou a prefeitura em nota. Quando entrar em operação, a CTU poderá enviar energia para os dois países através do Sistema Sul, de acordo com a prefeitura de Uruguiana. “A estrutura deve atender à demanda brasileira, suprindo principalmente os períodos de seca, que prejudicam a produção das hidrelétricas espalhadas pelo território nacional”, informou.

META DA INFLAÇÃO

Mercado aumenta projeção para taxa básica de juros em 2021

A expectativa do mercado financeiro é que a taxa básica de juros, a Selic, suba em 2021 e encerre o ano em 3,75%. Na semana passada, essa estimativa era de 3,50%, de acordo com o boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para o fim de 2022, a estimativa é que a taxa básica fique em 5%. E para o fim de 2023 e 2024, a previsão é 6% ao ano. A Selic, estabelecida atualmente em 2% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom), é o principal instrumento utilizado pelo BC para alcançar a meta de inflação.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos

encarecem o crédito e estimulam a poupança. Entretanto, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica.

A previsão das instituições financeiras para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA - a inflação oficial do país) variou de 3,60% para 3,62%. Para 2022, a estimativa de inflação é de 3,49%. Tanto para 2023 como para 2024 as projeções são de 3,25%.

O cálculo para 2021 está abaixo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A

COMPETITIVIDADE

Sicredi vai investir mais de R\$ 200 mi em novas agências

O Sicredi deve investir neste ano mais de R\$ 200 milhões na abertura de mais 250 agências no Brasil. Parte delas ficará em municípios do Espírito Santo, Estado onde a instituição financeira cooperativa ainda não tem presença física, segundo nota.

Em 2020, o Sicredi atingiu 2 mil unidades em todo o País, após a inauguração de 150 agências, mais concentradas em São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Amazonas e Paraíba.

“A atuação em grandes centros urbanos e em regiões mais remotas tem permitido ao Sicredi fomentar a competitividade no sistema financeiro nacional e, ao mesmo tempo, promover a inclusão financeira, um dos principais desafios da atualidade no Brasil”, disse a instituição no comunicado. O número de associados atualmente

supera 4,5 milhões. O Sicredi está presente em mais de 1.400 municípios de 23 Estados, além do Distrito Federal. Em mais de 200 cidades, é a única instituição financeira fisicamente presente.

O projeto de expansão abrange aumento da presença física e investimentos em soluções digitais, segundo o presidente do Conselho de Administração do Sicredi (SicrediPar) e integrante do Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito (WOCCU), Manfred Alfonso Dasenbrock. “O conceito que trabalhamos é o ‘físital’”, no qual as soluções digitais apoiam o relacionamento físico.”

Na nota, o Sicredi cita estudos que apontam benefícios da presença física de cooperativas de crédito em pequenos municípios brasileiros. Um deles, “Benefícios do Cooperativismo de Cré-

dito: impacto sobre a bancarização”, mostra que as cooperativas têm mais capacidade de prover serviços financeiros em regiões mais isoladas e rurais do que bancos tradicionais.

Enquanto os bancos buscam, em média, no mínimo 8 mil habitantes para instalar uma agência em um município, cooperativas como as do Sicredi operam em cidades com a partir de 2,3 mil habitantes, conforme informações divulgada na nota.

“O relacionamento mais próximo, característica predominante no cooperativismo de crédito, nos permite conhecer melhor os associados, suas reais necessidades e das regiões onde eles vivem. É daí que vem a nossa capilaridade e capacidade de alavancar o crescimento econômico local”, afirmou Dasenbrock no comunicado.

INTERRUPÇÃO

Petróleo fecha em alta com o impacto de nevasca nos EUA

O petróleo fechou em alta ontem impulsionado pelo impacto da nevasca no Texas na produção da commodity nos Estados Unidos. Os preços, contudo, oscilaram durante o pregão, com sinalizações de que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) pode elevar a oferta.

O petróleo WTI para março fechou em alta de 1,82%, em US\$ 61,14 o barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex), e o Brent para abril subiu 1,56%, a US\$ 64,34 o barril, na Intercontinental Exchange (ICE).

A Bloomberg relata que a produção de petróleo dos EUA caiu cerca de 3,5 milhões de barris por dia como resultado das condições climáticas, em especial no Texas. O alerta de tempestade em todo o Estado permanece em vigor até a quinta-feira, e as condições de congelamento devem durar até sexta-feira. “Isso sugere que as interrupções na produção de petróleo bruto podem durar pelo menos mais alguns dias”, aponta o ING.

O ambiente de preços mais fortes coloca mais atenção na Opep+ e no que o grupo pode fazer em sua próxima reunião, em 4 de março. Há sugestões de que o cartel poderia diminuir um pouco os cortes na produção. Na avaliação do ING, a Opep+ “provavelmente terá uma abordagem mais conservadora e diminuirá a produção de forma mais modesta”.

Ontem, a Dow Jones Newsires publicou, a partir de fontes, que a Arábia Saudita planeja aumentar a produção nos próximos meses, revertendo o corte recente. A medida é um sinal de crescente confiança na recuperação dos preços da commodity.

O ING revisou sua projeção para o preço médio do barril do Brent ao longo de 2021, de US\$ 60 para US\$ 65. Um dos fatores é uma possível retomada na demanda no segundo semestre. No entanto, o banco holandês aponta alguns riscos para a recuperação dos preços, dentre eles, uma falha da Opep+ em chegar a um consenso sobre os cortes da produção.

Outro fator é a retomada de um acordo nuclear com o Irã, que poderia aumentar a oferta de petróleo no mercado. Nesta quarta, a AFP divulgou que França, EUA e outras potências ocidentais realizarão uma reunião na quinta-feira sobre o tema. No entanto, o banco avalia como improvável que um “retorno significativo” da oferta iraniana ocorra ainda em 2021.

Em relatório, a S&P aponta que a commodity enfrenta algumas dificuldades na recuperação dos preços. “Embora o apoio à precificação tenha sido amplo, observamos que o petróleo ficou para trás em relação a outros ativos, principalmente commodities, o que ajuda a demonstrar alguns dos ventos contrários que o mercado de óleo continua a enfrentar”, avalia a agência classificadora.

A produção de petróleo da Petrobras voltou a crescer em janeiro, depois de ter abandonado o patamar dos 2 milhões de barris diários em dezembro do ano passado. Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a estatal produziu em média 2,140 milhões de barris diários, 7,8% a mais do que no mês anterior.

A produção de gás natural também foi incrementada no mês passado, subindo 8,7% na comparação com dezembro de 2020, para 97,8 milhões de metros cúbicos por dia.

Ao todo, a produção da Petrobras fechou janeiro totalizando em média 2,755 milhões de barris de óleo equivalente (boe), retornando ao patamar de outubro do ano passado.

IMUNIZANTES EFICAZES

UE negocia cláusulas em contratos com farmacêuticas por vacinas contra variantes

Comissão anunciou acordo com a Moderna que prevê a compra de 150 milhões de doses este ano

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou ontem que não há evidências de que as mutações mais contagiosas do coronavírus sejam resistentes às vacinas, mas revelou que o bloco negocia cláusulas aos contratos com farmacêuticas que garantam o desenvolvimento de imunizantes eficazes contra as variantes.

Em entrevista coletiva no período da manhã, Von der Leyen reiterou a necessidade de acelerar a produção das vaci-

nas, em meio a críticas pelo ritmo lento de imunização.

Mais cedo, a comissão anunciou acordo com a Moderna que prevê a compra de 150 milhões de doses adicionais este ano. “As novas variantes surgidas no Reino Unido, África do Sul e Brasil têm potencial para mudar o paradigma da luta contra o coronavírus”, disse.

Von der Leyen também anunciou investimento de 150 milhões de euros para as pesquisas sobre o sequenciamento do vírus, com o objetivo de melhorar a resposta às novas cepas.

Ela também comentou que os países do bloco não podem fechar contratos com farmacêuticas de forma unilateral.

A Comissão Europeia anunciou a compra de 150 milhões de novas doses da vacina da farmacêutica Moderna contra a covid-19 este ano. O contrato também prevê a possibilidade de aquisição de 150 milhões de doses adicionais em 2022, caso necessário. “Com um portfólio de até 2,6 bilhões de doses, poderemos fornecer vacinas não apenas para nossos cidadãos, mas também para nossos

vizinhos e parceiros”, afirmou a presidente da comissão, Ursula von der Leyen, de acordo com comunicado.

A União Europeia tem enfrentado críticas pelo ritmo lento de imunização. Até o último dia 11, pouco mais de 18 milhões de injeções haviam sido administradas no bloco, em uma população de 448 milhões. Para efeito de comparação, naquela data, o Reino Unido tinha aplicado 14,5 milhões, segundo dados compilados pela BBC.

Pfizer e AstraZeneca chega-

ram a reduzir o ritmo de entrega dos imunizantes aos países da UE, por problemas na linha de produção. Ainda assim, o bloco mantém a meta de vacinar 70% da população ainda no primeiro semestre de 2021.

A Pfizer e a BioNTech anunciaram ontem que fecharam contrato com a União Europeia (UE) para fornecer ao bloco mais 200 milhões de doses de sua vacina contra a covid-19. Pelo acordo, as doses adicionais deverão ser entregues em 2021, sendo que 75 milhões de doses serão fornecidas no

segundo trimestre, de acordo com comunicado das empresas.

A UE tem a opção de solicitar outras 100 milhões de doses da vacina da Pfizer/BioNTech, diz o comunicado. O novo contrato vem depois de um primeiro acordo para o fornecimento de 300 milhões de doses, assinado com a UE em 2020. Isso significa que a Pfizer/BioNTech deve fornecer ao menos 500 milhões de doses da vacina ao bloco até o fim deste ano, total que subirá para 600 milhões se a opção de doses adicionais for exercida.

NOVAS VARIANTES

Opas alerta que a vacinação contra covid-19 é para salvar vidas e não para conter transmissão

Diretor-assistente da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), Jarbas Barbosa afirmou que a vacinação contra a covid-19 neste momento é “para salvar vidas, não para conter a transmissão”. Diante de um quadro ainda de limitações na disponibilidade de vacinas, Barbosa advertiu, durante entrevista coletiva virtual, que o impacto da vacina para conter a transmissão do vírus ainda “vai tardar”, sem estimar datas.

Barbosa lembrou que há

divergências entre especialistas sobre quanto da população precisa ser vacinada, a fim de conter a pandemia, variando entre 70% a 90% do total. E reforçou que o imunizante deve estar disponível para todos para que o problema seja contido, inclusive os imigrantes, e também para todos os países do mundo.

O comando da entidade, braço da Organização Mundial de Saúde (OMS) na região, também foi questionado sobre os riscos representados por

variantes da covid-19. Gerente de Incidentes da Opas, Sylvain Aldighieri informou que três cepas do vírus que são alvo de preocupação já foram encontradas em países das Américas. Aldighieri reforçou o fato de que, quanto mais o vírus circula, maior o risco de surgimento de novas variantes. Sobre os números da pandemia, ele disse que há uma queda no número de mortes pela doença, fruto sobretudo do quadro dos Estados Unidos

A Opas ainda fez uma defesa da abertura segura das escolas, no quadro da pandemia. Diretor de Emergências de Saúde da organização, Ciro Ugarte cobrou prioridade para esse processo. “Manter escolas fechadas por muito tempo pode agravar as desigualdades no ensino”, lembrou.

Segundo o diretor executivo da Organização Mundial da Saúde (OMS), Michael Ryan, a diminuição global dos casos e mortes por covid-19 vista nas

últimas semanas são resultado das medidas de segurança já conhecidas, como o distanciamento físico, e não dos programas de vacinação. Mesmo nos países que registraram altas concentrações de variantes supostamente mais infecciosas do sars-cov-2, como o Reino Unido, houve melhora do quadro de infecções nos últimos sete dias, indicando que as restrições também são eficazes contra as novas cepas, afirmou Ryan.

Epidemiologista responsável pela resposta da OMS à pandemia, Maria van Kerkhove disse que houve uma redução global de 60% nos casos de covid-19 na última semana, e um recuo de 10% no total de mortes pelo vírus.

Ela afirmou que os números representam “boas tendências”, mas alertou que é importante que as pessoas não fiquem “complacentes” com o vírus e abandonem as medidas de segurança.

GRUPOS EXTREMISTAS

Trump e Giuliani são acusados de conspiração na invasão do Capitólio

O presidente da Comissão de Segurança Interna da Câmara dos Deputados dos EUA entrou com um processo federal acusando o ex-presidente Donald Trump, o seu advogado Rudolph Giuliani e dois grupos extremistas de envolvimento em uma conspiração ilegal que levou à invasão ao Capitólio, com o objetivo de impedir a confirmação da vitória de Joe Biden.

A ação civil acusa Trump e Giuliani de violarem a Lei Ku Klux Klan, de 1871, aprovada para reprimir a interferência política de supremacistas brancos, e é a mais recente tentativa legal de responsabilizar Trump pela violência em 6 de janeiro. Os episódios ocorreram depois de o presidente passar meses alegando falsamente que sua derrota eleitoral em novembro foi o resultado de uma fraude generalizada.

A ação também cita como réus os Proud Boys, uma organização de extrema direita, e a milícia antigovernamental conhecida como Oath Keepers.

“A insurreição foi o resultado de um plano cuidadosamente orquestrado por Trump, Giuliani e grupos extremistas como os Oath Keepers e Proud Boys, que compartilhavam o objetivo comum de utilizar intimidação,

assédio e ameaças para impedir a certificação do Colégio Eleitoral”, diz um comunicado de imprensa anunciando o processo.

No sábado passado, o Senado absolveu Trump de incitar o motim de 6 de janeiro, em seu segundo processo de impeachment. Entre os 100 senadores, 57, incluindo sete republicanos, votaram pela condenação, quantia inferior aos 67 votos necessários.

Embora a maioria dos republicanos tenha votado contra a condenação de Trump, o líder da minoria no Senado, Mitch McConnell, afirmou que Trump era o responsável. “Não há dúvida de que o presidente Trump é prática e moralmente responsável por provocar os eventos daquele dia”, disse McConnell, que alegou ter votado pela absolvição porque não poderia haver processo de impeachment contra um presidente que já deixou o cargo.

O deputado Bennie Thompson, um democrata que preside a Comissão de Segurança Interna da Câmara, é o autor do novo processo no Tribunal Distrital em Washington.

Os críticos disseram que Trump e Giuliani ajudaram a incitar o ataque durante o comício “Salve os EUA”, onde ambos

repetiram falsas alegações de que a eleição havia sido roubada. Na ocasião, Giuliani disse à multidão “vamos ter um julgamento pelo combate”. “Duvido que vão tirar nosso voto livre e justo.”

Trump, que então subiu ao palco, encorajou as pessoas a marcharem até o Capitólio. Mais de 200 pessoas foram acusadas de crimes federais no ataque ao Congresso, que deixou cinco mortos

Jason Miller, um conselheiro de Trump, rejeitou as alegações do novo processo, citando a absolvição do republicano no Senado. “O presidente Trump não planejou, produziu ou organizou o comício de 6 de janeiro”, disse Miller em um comunicado. Embora absolvido pelo Senado, Trump ainda pode ser afetado pelas investigações criminais. Segundo alguns juristas, é improvável que seja condenado. Mesmo assim, as investigações podem prejudicar sua reputação.

O FBI e os promotores federais têm se concentrado cada vez mais em saber se membros de grupos extremistas de extrema direita conspiraram para impedir o Congresso de certificar a vitória eleitoral do presidente Joe Biden.

Mais de 18 pessoas associa-

das aos Proud Boys foram acusadas até agora por seu suposto papel durante os distúrbios. Vários dos supostos associados do Proud Boys foram acusados de conspirar para impedir o Congresso ou impedir a polícia de proteger o Capitólio.

Três supostos associados dos Oath Keepers também foram indiciados sob acusações de conspiração para invadir o Congresso já em novembro. Um deles - Thomas Caldwell - se declarou inocente na semana passada.

A agência Reuters relatou anteriormente que o Departamento de Justiça também está considerando a possibilidade de acusar membros dos grupos sob a lei federal conhecida como Rico, normalmente usada contra o crime organizado, embora uma decisão sobre isso não tenha sido tomada.

A Associação Nacional para o Avanço de Pessoas de Cor (numa tradução do inglês) e advogados do escritório de advocacia Cohen Milstein Sellers & Toll PLLC estão cuidando do litígio. Outros membros do Congresso, incluindo os deputados democratas Hank Johnson e Bonnie Watson Coleman, devem se juntar ao processo. Giuliani não foi encontrado para comentar o assunto.

RECUSA PELO LOCKDOWN

Suécia pode decretar bloqueio com possível 3ª onda de infecções

A Suécia afirmou que pode decretar bloqueio à medida que cresce o número de infecções em Estocolmo, aumentando as ocupações de uma possível terceira onda de covid-19. Ontem, o governo sueco apresentou uma proposta que permitiria o fechamento de shoppings, academias e restaurantes e implementaria multa àqueles que não obedecerem às regras de bloqueio.

“Existe um risco significativo de uma terceira onda de infecção. Pode ser necessário fechar partes da Suécia”, afirmou a ministra da Saúde sueca, Lena Hallengren.

A proposta sobre possíveis bloqueios está em discussão até 26 de fevereiro. Hallengren disse entender que há um desejo de voltar ao normal, mas acrescentou que o recente aumento de casos é “preocupante”. Ela continuou: “No momento, não tomamos a decisão de fechar, mas está claro que não pretendemos esperar até que seja tarde demais”.

O País, que se destacou internacionalmente pela recusa em introduzir o lockdown, vem desde dezembro impondo mais restrições. Os casos de coronavírus per capita aumentaram nos últimos dias, após repetidos avisos das autoridades de saúde de uma possível terceira onda de infecções. O número de casos e mortes per capita permanece acima dos níveis mais altos registrados nas vizinhas Noruega e Finlândia, mas a mortalidade ainda está baixa.

O Ministro da Saúde da Alemanha, Jens Spahn, afirmou que dados mostram que variantes do vírus estão se espalhando rapidamente pelo País. Segundo ele, a nova cepa do Reino Unido representa mais de 20% das infecções na Alemanha e a preocupação nacional deve ser quanto à disseminação das variantes do vírus

e à capacidade médica.

Spahn apontou que, apesar da maior disseminação, o número de infecções no País ainda permanece em tendência de baixa. O cenário positivo é ainda reforçado com a chegada de dez milhões de doses de vacina na próxima semana que, segundo Spahn, deve aumentar o ritmo das vacinações.

Na última terça-feira, 16, a Alemanha relatou 7.556 novos casos e 560 mortes por covid-19. Por enquanto, o bloqueio no País se estende até março, mas a expectativa é de que o governo relaxe as restrições um pouco antes do feriado da Páscoa.

O governo de Taiwan acusou a China de obstruir seus esforços para comprar os imunizantes da BioNTech. Segundo o ministro da Saúde de Taiwan, Chen Shih-chung, Taipei estava prestes a assinar um contrato para a compra de cinco milhões de cursos da empresa farmacêutica alemã em dezembro quando o negócio foi paralisado.

“Acreditamos que houve pressão política”, disse ele. “Já havíamos trocado rascunhos de comunicados de imprensa para que o respectivo outro lado olhasse, já tínhamos chegado tão longe e só faltava dar o passo final, quando as coisas mudaram.”

A China reivindica Taiwan como parte de seu território e insiste que outros governos, organizações internacionais e empresas privadas a tratem como tal.

O primeiro-ministro da Escócia, Nicola Sturgeon, afirmou que as mortes por coronavírus caíram durante três semanas consecutivas no País, apontou a Sky News. Sturgeon ainda afirmou que os óbitos em lares de idosos, que eram o foco inicial do programa de vacinação, decaíram 62%.

USJ - Administração e Participações S.A.
CNPJ nº 48.119.937/0001-07 - NIRE nº 35.300.051.858
Extrato da Ata da AGE, Lavrada sob a Forma Sumária, nos Termos do § Primeiro do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76
Aos 18/12/2020, às 11h, na sede social, **Presenças:** Acionistas representando 95,927% do capital social da Companhia, conforme assinaturas no “Livro de Presenças de Acionistas”. **Publicações:** Editais de Convocação publicados no “DOESP” e “Diário Comercial” nos dias 10, 11 e 12/12/2020. **Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Hermínio Ometto Neto, e Secretário escolhido dentre os presentes: Sr. João Ometto Neto. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a repactuação das datas de pagamentos dos dividendos referentes aos exercícios anteriores. **Deliberações:** Instalada a AGE e colocada em pauta a proposta de repactuação do prazo de pagamento de dividendos anteriormente declarados pela Companhia, mais especificamente: (i) a quantia de R\$ 2.783.000,00, declarada em 31/07/2017, bem como a quantia de R\$ 7.283.000,00, também declarada em 31/07/2017, totalizando o montante de R\$ 10.066.000,00, para pagamento aos acionistas, na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, até a data de 31/12/2022; e (ii) a quantia de R\$ 6.764.000,00, declarada em 30/07/2018, para pagamento, também na proporção de participação dos acionistas no capital social da Companhia, até a data de 31/12/2025, acionistas presentes, representando 95,927% das ações com direito a voto da Companhia, reconhecendo as dificuldades econômicas e o processo de reestruturação de dívidas enfrentados atualmente pelo Grupo USJ, aprovaram, sem quaisquer restrições ou ressalvas, a repactuação proposta. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar. SP, 18/12/2020. **Mesa:** Hermínio Ometto Neto – Presidente e João Ometto Neto – Secretário. **JUCESP nº 26.548/21-5 em 14/01/2021.**

BV EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME 08.959.996/0001-79 - NIRE 35.300.386.329
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE JANEIRO DE 2021
1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Dia 07 de janeiro de 2021, às 13:30 horas, na sede social, em São Paulo (SP), na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, parte, Vila Gertrudes, CEP 04794-000. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada em virtude da presença do acionista que representa a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no livro “Presença de Acionistas”. **3. MESA DIRIGENTE:** Gabriel José Gama Ferreira, Presidente; Rafael Norberto Fernandes, Secretário. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre eleição de Diretor da Sociedade. **5. DELIBERAÇÕES TOMADAS:** (i) Aprovada a eleição do Sr. **ALEXANDRE LUIZ ZIMATH**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SC 21.986.932, CPF/ME 017.727.589-81, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida das Nações Unidas, 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, para ocupar o cargo de Diretor da Sociedade, para o mandato bienal em curso, que vigorará até a posse dos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária da Sociedade a realizar-se em 2021. (ii) O diretor ora eleito declara, por termos devidamente arquivados na sede da Sociedade, que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a atividade mercantil e que atende às demais exigências constantes do Estatuto Social e da legislação em vigor. **6. OBSERVAÇÕES FINAIS:** O Sr. Presidente franqueou o uso da palavra, não havendo, todavia, nenhuma manifestação. Os trabalhos foram suspensos para a lavratura da presente ata, que vai assinada pelo Presidente, Secretário e acionista presente. (aa) Gabriel José Gama Ferreira, Presidente; Rafael Norberto Fernandes, Secretário. **Acionista:** p. Banco Votorantim S.A., Gabriel José Gama Ferreira e Guilherme Horn. A presente transcrição é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo (SP), 07 de janeiro de 2021. **Rafael Norberto Fernandes** - Secretário da Assembleia. **Arquivo na JUCESP em 02.02.2021, sob nº 68.222/21-0. Gisela Simiema Ceschin** - Secretária Geral